# De Estado Pária aos desafios de uma Potência Emergente: reflexões sobre os 30 anos de política externa da África do Sul pós-apartheid

## *From Pariah State to the Challenges of an Emerging Power: Reflections on 30 Years of Post-Apartheid South African Foreign Policy*

## *De un Estado Paria a los desafios de una potencia emergente: reflexiones sobre los 30 anõs de la política exterior de Sudáfrica despúes del apartheid*

Anselmo Otavio[1]

1. Professor de Relações Internacionais da África e do Oriente Médio na Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo (EPPEN/UNIFESP) e Vice-coordenador do grupo de pesquisa e extensão GEOS: Geopolítica, Geoeconomia e Geocultura da EPPEN/UNIFESP. Pesquisador vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Relações Internacionais do Sul Global (NEPRISUL) e ao Núcleo de Estudos do BRICS (NEBRICS), todos pertencentes à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail de contato: otavio@unifesp.br e Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5560-4168

DOI: 10.5752/P.2317-773X.2025v13n1p212-230

Submetido em: 23 de setembro de 2024
Aceito em: 04 de agosto de 2025

## RESUMO

O artigo em destaque se propõe a refletir sobre as principais características da política externa da África do Sul entre 1994 e 2024. Feito isso, espera-se apresentar as principais especificidades vistas nas administrações Mandela (1994-1998), Mbeki (1999-2008), Zuma (2009-2018) e Ramaphosa (2018-2024), que não apenas levaram ao fim o isolamento diplomático resultante do regime de segregação racial (apartheid), como também garantiram o maior protagonismo da África do Sul nos cenários regional e internacional. Em termos metodológicos, adotaremos abordagem qualitativa, de caráter interpretativo, uso de fontes primárias e secundárias consideradas relevantes para o desenvolvimento do tema, bem como a estruturação em quatro seções, sendo a primeira, a introdução, e a última, as considerações finais. Acerca das outras duas seções, na primeira centraremos a discussão sobre as principais características da política externa sul-africana adotada durante as duas primeiras administrações pós-apartheid, enquanto a segunda, concetrará a análise das políticas externas adotadas nas administrações Zuma e Ramaphosa.

Palavras-Chaves: África do Sul; Continente Africano; Política Externa; Potências Tradicionais; Potências Emergentes.

## ABSTRACT

This article aims to reflect on the main characteristics of South Africa's foreign policy between 1994 and 2024. Having done so, it is expected to present the

main specificities seen in the administrations of Mandela (1994-1998), Mbeki (1999-2008), Zuma (2009-2018) and Ramaphosa (2018-2024), which not only brought an end to the diplomatic isolation resulting from the apartheid regime, but also ensured greater prominence for South Africa in the regional and international scenario. In methodological terms, we will adopt a qualitative approach, of an interpretative nature, using primary and secondary sources considered relevant for the development of the theme, as well as structuring it into four sections, the first being the introduction, and the last being the final considerations. Regarding the other two sections, the first will focus the discussion on the main characteristics of South African foreign policy adopted during the first two post-apartheid administrations, while the second will concentrate on the analysis of the foreign policies adopted in the Zuma and Ramaphosa administrations.

Keywords: South Africa; African Continent; Foreign Policy; Traditional Powers; Emerging Powers

## RESUMEN

El artículo presentado tiene como objetivo reflexionar sobre las principales características de la política exterior de Sudáfrica entre 1994 y 2024. Hecho esto, se espera presentar las principales especificidades observadas en las administraciones de Mandela (1994-1998), Mbeki (1999-2008), Zuma (2009-2018) y Ramaphosa (2018-2024), quienes no sólo pusieron fin al aislamiento diplomático resultante del régimen del apartheid, sino que garantizaron un mayor protagonismo de Sudáfrica en la escena regional e internacional. En términos metodológicos, adoptaremos un enfoque cualitativo, interpretativo, utilizando fuentes primarias y secundarias consideradas relevantes para el desarrollo del tema, además de estructurarlo en cuatro apartados, siendo el primero la introducción y el último las consideraciones finales. Respecto a las otras dos secciones, en la primera centraremos la discusión en las principales características de la política exterior sudafricana adoptada durante las dos primeras administraciones post-apartheid, mientras que la segunda se centrará en el análisis de las políticas exteriores adoptadas durante el régimen de Zuma. y las administraciones de Ramaphosa.

Palabras Clave: Sudáfrica; Continente africano; Política exterior; Potencias tradicionales; Potencias emergentes

## 1 INTRODUÇÃO

No *State of the Nation* (SONA) de 2023, Cyril Ramaphosa destacou a importância de integrar fóruns internacionais, como o G20, em participar de discussões, como por exemplo, sobre as mudanças climáticas, do interesse em estar cada vez mais presente no continente africano e o desejo de fortalecer laços com outros países como forma de garantir a entrada de investimentos na África do Sul. Ainda que tais anseios possam parecer corriqueiros diante a inserção internacional e regional de uma potência média, em verdade, elas são resultados de uma política externa que passou por transformações ao longo dos últimos trinta anos, assim como representam o êxito diante dos impactos causados pelas mais de 4 décadas de institucionalização do racismo na África do Sul (*apartheid*).

Embora a segregação racial fizesse parte do território sul-africano desde seu processo de colonização holandesa no século XVII, e expandido durante a dominação britânica entre os séculos XIX e XX (Pereira, 2012), foi ao longo das administrações Malan (1948-1954), Strydom (1954-1958),

Verwoerd (1958-1966), Vorster (1966-1678), Botha (1978-1989) e De Klerk (1989-1993) que o racismo se tornou cada vez mais institucionalizado. Enquanto no âmbito interno, o *apartheid* era expresso por leis racistas, pelo uso da violência em manifestações contrárias ao regime (Sharpeville em1960 e Soweto em 1976), e na discriminação de partidos símbolos da luta contra o racismo, no caso, o Congresso Pan-Africano (PAC), e o Congresso Nacional Africano (CNA); nas relações internacionais, a seletividade e a exclusão foram constantes na inserção do país.

Seletividade, visto que ao tomar posição do lado capitalista, Pretoria não apenas se tornava um aliado na luta contra a expansão do socialismo na região sul do continente africano, como também restringia suas relações internacionais a potências como Estados Unidos, França e Inglaterra, forjando com este o *Simon's Town Agreement*, acordo que vigorou entre 1955 e 1975, que garantia aos ingleses e a seus aliados o uso da base de *Simon's Town,* tanto em tempos de paz, quanto em períodos de Guerra (Du Toit, 2012). Exclusão, uma vez que a vigência do regime racista levou a África do Sul a ser alvo de isolamento e sanções, como na Conferência de Belgrado de 1961, onde era exposto a repulsa do Movimento dos Não Alinhados (MNA) ao *apartheid;* em 1963, quando a recém-criada Organização da Unidade Africana (OUA) solicitou aos países-membros que isolassem a África do Sul (Otavio, 2014). Em síntese, a seletividade e a exclusão como característica do regime *apartheid,* levaram o país encerrar o período da Guerra Fria com apenas 30 missões diplomáticas (Barber, 2005).

Nesse sentido, retornando aos pontos indicados no SONA de 2023, é fato que Pretoria rompeu com o isolamento ocasionado pelo regime *apartheid* e, diante deste êxito, que o artigo possui como objetivo principal refletir sobre as principais características da política externa da África do Sul entre 1994 e 2024. Feito isso, espera-se apresentar as principais especificidades nos processos de inserção internacional e regional que levaram não apenas ao fim o isolamento diplomático, mas que garantiram o maior protagonismo da África do Sul. Em termos metodológicos, se utilizará de abordagem qualitativa, de caráter interpretativo, uso de fontes primárias e secundárias consideradas relevantes para o desenvolvimento do tema, bem como a estruturação em quatro seções, sendo a primeira, a introdução, e a última, as considerações finais. Acerca das outras duas seções, na primeira o objetivo específico será compreender as principais características da política externa sul-africana adotada durante as administrações Mandela (1994-1998) e Mbeki (1999-2008). Já na segunda, o objetivo específico será analisar as políticas externas adotadas nas administrações Zuma (2009-2018) e Ramaphosa (2018-2024).

## 2 DE ESTADO PÁRIA À VOZ DA ÁFRICA NO CENÁRIO INTERNACIONAL: A POLÍTICA EXTERNA DA ÁFRICA DO SUL ENTRE 1994 E 2008

Quando analisadas as administrações Mandela (1994-1998) e Mbeki (1999-2008), destarte algumas especificidades em cada uma delas, é possível destacarmos a contínua adoção da universalidade na política externa e a defesa do multilateralismo. Para além de contrastar com a seletividade

adotada pelas administrações anteriores - escolha que restringiu às relações internacionais do país há um grupo pequeno de países - tanto a universalidade quanto o multilateralismo eram vistas como instrumentos de ruptura com o isolamento diplomático e econômico resultante do regime racista. Na administração Mandela, outras escolhas que auxiliaram nesta ruptura foi a defesa de pontos que passavam a ser cada vez mais estimados pelas potências ocidentais, conforme visto em 1993, ou seja, antes mesmo de assumir a presidência, quando em artigo intitulado de *South Africa's Future Foreign Policy* e publicado na *Foreign Affairs*, destacou a necessidade do país englobar em sua política externa a defesa dos direitos humanos, do multilateralismo, a promoção da democracia, o respeito à soberania dos Estados e a resolução de conflitos por meios pacíficos.

Já como presidente, a adoção e defesa dos pontos anteriormente indicados levou o país a romper com o isolamento causado pelas administrações anteriores, inclusive, se nos anos finais do regime *apartheid* o país possuía apenas 30 missões diplomáticas no exterior, em 1996, esse número chegava a 124, e a África do Sul passava de um país símbolo de sanções, para estar presente em mais de 45 organizações e fóruns internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Movimento dos Países Não-Alinhados, o G77, a Organização da Unidade Africana (OUA), dentre outras (Dirco, 1996; Barber, 2005). Acerca das missões diplomáticas, a universalidade na política externa adotada por Mandela foi expressa na busca em fortalecer ou forjar parcerias tanto com países que, em momentos anteriores, mantiveram laços com o regime *apartheid,* como Estados Unidos, Inglaterra, França e Israel, bem como com países que haviam apoiado o CNA em sua luta contra o regime de segregação racial, em especial Irã, Cuba e Líbia (Hamill; Lee, 2001).

Embora a ampliação das relações internacionais tenha colocado entre as parcerias sul-africanas países que, no geral, eram concorrentes, logo, que poderiam afetar as interações de Pretória com as potências ocidentais, em verdade, a valorização do multilateralismo e de pontos estimados pelas potências tradicionais, trouxeram outro êxito para a inserção internacional da África do Sul, qual seja, de elevar o país ao status de "forte componente moral" (Van Wyk, 2002, p. 182, tradução própria). De modo geral, era esperado que o sucesso no âmbito internacional também ocorresse no cenário regional, uma vez que, para além de adentrar nos anos 1990 como a principal economia do continente, bem como em participar de organizações como a OUA e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), uma nova inserção no continente simbolizaria o rompimento com uma das principais heranças do regime racista, a imagem de África do Sul como um país ocidental. Inclusive, como indicado por Mandela, "primeiro e acima de tudo, nós somos parte do continente africano, e os problemas africanos são nossos problemas também" (Mandela, 1999, s.p, tradução própria).

No entanto, mesmo adotando a universalidade na política externa e a valorização do multilateralismo, a administração Mandela não alcançou o mesmo êxito no cenário regional, visto que a atuação em determinados episódios foi amplamente criticada. Um primeiro exemplo pode ser visto no caso nigeriano pós-golpe militar realizado por Sani Abacha em 1993,

diante do qual a atuação sul-africana variou entre a não-ingerência em assuntos internos e o clamor pelo isolamento internacional da Nigéria. Neste caso, além de não conseguir tal isolamento, a busca por sanções ao governo nigeriano foi interpretada como unilateral e autoritária, características que remetiam à política externa desenvolvida durante a vigência do *apartheid* (Van Wyk, 2002; Hamill; Lee, 2001).

Além do caso da Nigéria, outro exemplo a ser destacado refere-se às duas guerras na República Democrática do Congo (RDC). No primeiro conflito, marcado pela atuação da Aliança de Forças Democráticas pela Libertação do Congo (AFDLC, na sigla em francês) contra o regime autoritário imposto por Mobutu Sese Seko (1965-1996), Pretoria buscou atuar via solução pacífica entre governo e oposição, cujo resultado foi o exílio de Mobutu no Marrocos. No entanto, já na segunda guerra, resultado da crescente impopularidade da AFDLC e da intervenção de países como Burundi, Ruanda e Uganda, o interesse sul-africano na resolução por meios pacíficos foi solapado por Zimbábue, Namíbia e Angola, estes favoráveis à intervenção militar sob a égide da SADC (Adelmann, 2004).

Ainda que demonstrassem o descompasso entre o êxito no cenário internacional e a dificuldade em alcançar outra inserção regional, os episódios ocorridos na Nigéria e na RDC, indicavam a existência do descolamento entre o interesse de Pretória em estar mais presente no continente africano e, de fato, a consecução deste objetivo, uma vez que a desconfiança com relação ao país mantinha-se presente, indicando a dificuldade do país em romper com uma das consequências deixadas pelo *apartheid,* no caso, conforme expresso por Hammill e Lee (2001, p. 53) de "um Estado na África porém não da África". É diante deste cenário que a administração Mbeki desenvolveu sua política externa, e, mesmo mantendo a defesa dos direitos humanos e da democracia, a resolução por meios pacíficos e a valorização do multilateralismo e da universalidade na política externa (Nathan, 2005), seu governo trazia como principal objetivo difundir uma nova ideologia econômica e política para à África, conhecida como *African Renaissance.*

Em linhas gerais, tal ideologia pode ser compreendida a partir de duas dimensões, sendo a primeira relacionada às transformações vistas tanto no cenário internacional quanto no regional, ambas favoráveis ao continente. No internacional, tal favorecimento relaciona-se à maior presença de potências tradicionais e emergentes no continente africano, motivado, principalmente, pela busca por recursos naturais. Já no âmbito regional, o aumento das eleições democráticas, o declínio ou fim de regimes autoritários, o crescimento econômico e a diminuição do número de guerras existentes, são alguns dos exemplos que simbolizavam um continente em transformação (Oliveira, Otavio, 2021). Paralelamente a esta dimensão, a segunda diz respeito ao protagonismo da África do Sul neste processo de renascimento, no qual Pretoria atuaria na defesa dos interesses africanos no cenário internacional, bem como no convencimento destes a adotarem mudanças políticas, econômicas e securitárias (Otavio, 2014).

Por um lado, ainda que mantendo fortes laços econômicos com os Estados Unidos e a União Europeia; por outro lado, a adoção do multilateralismo e da universalidade na política externa garantiram ao país

intensificar as relações com potências emergentes. No âmbito bilateral, por exemplo, o principal exemplo pode ser encontrado no fortalecimento de relações com parcerias consideradas estratégicas, destacadamente, Brasil, Índia e China, países que, seja no âmbito político ou no econômico, buscaram fortalecer laços com a África do Sul. Já no multilateral, a valorização de agrupamentos em que o país havia sido integrado durante a administração anterior, como o G77 e Movimento dos Não Alinhados, somaram-se à inserção em diversos outros grupos, destacadamente, o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC, na sigla em inglês), a *New Asia-Africa Strategic Partnership,* e o Fórum IBAS.

De forma semelhante ao cenário internacional, a estratégia adotada para a inserção no âmbito regional foi pautada pelo multilateralismo e pela universalidade na política externa. Enquanto o multilateralismo servia para demonstrar o caráter não impositivo da atuação sul-africana, e a universalidade garantia o fortalecimento de laços com outras potências africanas, ambos eram vistos como importantes para o protagonismo da África do Sul no Renascimento Africano. Um primeiro êxito neste objetivo pode ser encontrado na criação da Nova Parceria para o Desenvolvimento Econômico da África (NEPAD) de 2001, que atrela o desenvolvimento da África ao respeito à segurança humana, à boa governança, e ao investimento nos setores industrial, agropecuário, meio ambiente, ciência e tecnologia, infraestrutura, dentre outros (Nepad, 2001). Em seu processo de criação, vale destacar a parceria sul-africana com Nigéria, Argélia e Senegal, episódio que demonstrava a busca por alianças com outros países africanos.

Tais países, também se mostraram relevantes em outro exemplo de sucesso da África do Sul, no caso, à transformação da OUA em União Africana (UA), realizada a partir da Cúpula Extraordinária da OUA, em Sirte, Líbia, em 1999. Ao longo desta transição, duas vertentes passaram a ser predominantes. A primeira simbolizada pelo desejo da Líbia em criar os Estados Unidos da África, isto é, mover o continente para a formação de um Estado Federalista. Já a segunda englobava os interesses da Nigéria, país que defendia maior participação da organização em temas relacionados à segurança, e da África do Sul, cuja percepção era de que a nova organização deveria ser marcada tanto pela criação de regras e normas, como também e, fundamentalmente, pelo comprometimento dos países-membros em acatá-las (Landsberg, 2012a). Grosso modo, a segunda vertente foi predominante, uma vez que pontos como segurança humana, a valorização e construção de princípios, de instituições, de estruturas políticas e de mecanismos que pudessem regulamentar o comportamento dos Estados passaram a fazer parte da UA.

Os êxitos conquistados anteriormente auxiliaram na formulação de um terceiro exemplo, símbolo do interesse sul-africano em ser mais atuante no continente, a Agenda Africana. Em linhas gerais, tal Agenda pode ser entendida como a fase de continuidade e intensificação da *African Renaissance.* Continuidade, visto que se mantém fiel ao incentivo à criação e adoção de sistemas democráticos pelos países africanos, à busca pela paz e segurança do continente, à criação de meios que levem ao crescimento econômico dos países africanos, dentre outros objetivos defendidos por

esta doutrina de renovação africana. Intensificação, pois potencializou a interação entre África do Sul e outros países africanos, construindo ou mantendo parcerias estratégicas com Argélia, Nigéria, Gana, Tanzânia, Moçambique e Botswana (Otavio, 2014).

Neste caso, um dos principais resultados foi a inauguração de uma nova inserção econômica da África do Sul no continente, marcada pelo aumento e diversificação dos investimentos sul-africanos, variando desde a extração mineral até a indústria de entretenimento, passando por setores relacionados à construção civil, à infraestrutura, às telecomunicações, aos serviços bancários e financeiros, ao setor hoteleiro, dentre outros (Alden; Soko, 2005). Em números, por exemplo, diferentemente do período de vigência do *apartheid,* quando se contabilizava apenas 179 investimentos sobre o continente e estes se restringiam a apenas 14 países, em 2004 tais investimentos chegavam ao número de 439 – distribuídos em 35 países (Ezeoha; Uche, 2005). Além disso, entre 1993 e 2003, o comércio com o continente aumentou em 328% (Landsberg; Kondlo, 2007).

## 3 ENTRE ÊXITOS E DESAFIOS DE UMA POTÊNCIA EMERGENTE: A POLÍTICA EXTERNA NAS ADMINISTRAÇÕES ZUMA E RAMAPHOSA

No ano de 1996 o então Ministro do *Department Trade and Industry* (DTI) da África do Sul, Alec Erwin (1996-2004), comparou a política comercial da África do Sul pós-*apartheid* com uma borboleta. Enquanto o corpo estaria alinhado às potências tradicionais - até então os principais parceiros comerciais da África do Sul -, as asas estariam voltadas para Ásia e América Latina (Almeida Filho, 2009; Vickers; Ajulu, 2008). Evidentemente que desqualificar tal argumento seria um equívoco, visto que o período de escrita da *butterfiy strategy* era marcado pela preponderância da União Europeia e dos EUA. Contudo, quando analisado o século XXI, destacadamente após o término da administração Mbeki, é inegável que a interpretação de Erwin não mais condizia com o momento atual, uma vez que não englobava em sua análise possíveis mudanças no âmbito sistêmico.

De fato, o encerramento da segunda administração sul-africana pós-*apartheid*, coincidiu com um dos episódios que impactariam tanto no sistema internacional, quanto no continente africano, qual seja, a crise financeira de 2008, marcada pela intervenção norte-americana na economia, com destaque a empréstimos para bancos e montadoras (Bresser-Pereira, 2009). Para além de representar certa contradição de uma administração amplamente defensora do neoliberalismo, tal crise trouxe como uma de suas consequências o maior protagonismo das potências emergentes, que diante deste cenário passaram a pressionar, não apenas pela inclusão, mas pela maior participação nos rumos da economia internacional. O principal exemplo desta pressão foi a elevação do G20 ao posto de principal espaço de debate sobre a economia mundial.

Para o continente africano, o maior protagonismo das potências emergentes trouxe três consequências que se mostrariam cada vez mais relevantes para a nova inserção internacional da África. A primeira diz respeito a convergência de agendas, visto que tanto as potências

emergentes quanto os países africanos defendiam a resolução de mazelas sociais, destacadamente, o combate à pobreza. Já a segunda refere-se a defesa das potências emergentes da Cooperação Sul-Sul, cuja divergências com relação à Cooperação Norte-Sul (CNS) não são meramente nominais, mas, fundamentalmente, paradigmáticas acerca do conceito de cooperação (sem condicionalidades políticas) e de como o bem-estar pode ser alcançado (benefícios mútuos e horizontalidade entre os envolvidos). Neste caso, a maior valorização da CSS contrastava com a divergência de interesses entre potências tradicionais e o continente africano.

Em certa medida, esta divergência já era vista durante a administração Bush, quando a priorização do combate ao terrorismo internacional (Guerra contra o Terror), levou Washington a priorizar o tema de segurança em detrimento a outras áreas consideradas importantes para o continente africano, como saúde, educação, infraestrutura, dentre outras. Dentre os principais exemplos que refletem esta tendência, vale destacar a criação do Comando dos Estados Unidos para a África (AFRICOM), iniciativa voltada a apoiar os países africanos em operações, exercícios, capacitação de soldados, dentre outros objetivos, cujo processo de criação foi caracterizado pela não participação dos países africanos, fator que gerou a repulsa da quase totalidade das nações africanas em sediarem tal iniciativa, que acabou sendo estabelecida na Alemanha (Cardoso, 2020). Entretanto, se mostrou continua também na administração Obama (2009-2017), quando o apoio dado a França e Inglaterra a intervenção militar na Líbia (Primavera Árabe), demonstrou a priorização de Washington a seus parceiros sistêmicos, e não as consequências para o continente africano.

Paralelamente ao hiato de interesses entre o continente africano e as potências tradicionais, a terceira consequência da ascensão das potências emergentes refere-se a alternativa econômica gerada por estes ao continente africano, uma vez que, enquanto as tradicionais passaram a diminuir as trocas comerciais após a crise de 2008, às emergentes seguiram caminho contrário. Em termos numéricos, por exemplo, em 2008 a União Europeia havia importado €161 bilhões e exportado €120 bilhões junto ao continente africano; em 2009, as importações caíram para €122 bilhões e as exportações para €108 bilhões (Eurostat, 2019). Neste mesmo período, o declínio norte-americano foi mais acentuado, passando de US$ 113,5 bilhões (2008) para US$ 62,4 nas importações (2009) e, referente às exportações, de US$ 28,39 bilhões (2008) para US$ 24,33 bilhões (2009) (Statista, 2021). Contrastando com esse declínio, a Índia aumentou, a cada ano, suas exportações em 20,2% e importações em 17,8% entre os anos de 2000 e 2014; e a China, neste mesmo período, incrementou as exportações em 22,6% e as importações em 22,4%, se transformando no principal parceiro comercial do continente africano (Nowak, 2016).

Diante deste contexto internacional, a resposta sul-africana adotada pela administração Zuma foi manter a defesa do multilateralismo e defender o protagonismo da universalidade na política externa, ambas consideradas estratégicas para o fortalecimento e estreitamento dos laços com outras potências emergentes e africanas. No âmbito multilateral, um dos principais exemplos diz respeito ao convite para integrar, como membro efetivo, o Grupo dos BRIC, composto à época por China, Brasil,

Rússia e Índia que, a partir de 2011, passou a ser chamado de BRICS. No bilateral vale destacar as trocas comerciais com a China, país que ampliou suas importações e exportações junto à África do Sul entre 2005 e 2015 (DTIC, 2020). Neste caso, uma das especificidades da política externa de Zuma se mostrou presente, qual seja, a diplomacia econômica, isto é, a criação de meios para o fortalecimento da economia do país (Hughes, 2011).

No continente, o reflexo desta diplomacia pode ser encontrado não apenas na manutenção da Agenda Africana, mas fundamentalmente, no seu uso para garantir a intensificação dos laços com outros países africanos considerados estratégicos. Em linhas gerais, a expressão da diplomacia econômica foi a formulação dos chamados *Business Forums,* forjados com países como Nigéria, Senegal, Tanzânia, Namíbia, Zâmbia e Angola, sendo este último o país africano que recebeu a primeira viagem oficial de Zuma. Junto aos *Business Forums*, outro instrumento que se destaca diz respeito ao apoio e atuação em iniciativas de caráter multilateral, como a NEPAD e o Programa para o Desenvolvimento das Infraestruturas na África (PIDA), iniciativa criada em 2010 e voltada a criar meios que garantam o fim do déficit energético existente no continente, na instalação de rede de fibra ópticas que engloba quase todo o território africano, entre outras ações que demonstram ser importantes para o desenvolvimento do continente (Pida, 2012).

Semelhante a PIDA, outra iniciativa que também passou a ser estratégica para a administração Zuma, refere-se a agenda 2063, iniciativa lançada em 2015 pela UA e marcada por diversos objetivos distribuídos em suas sete aspirações. Por um lado, a agenda 2063 destaca a importância do Estado como elemento fundamental para a integração continental, bem como para alcançar a autossuficiência e o autofinanciamento do desenvolvimento africano, logo, a maior autonomia do continente perante as transformações vistas no cenário internacional (Otavio, Lessa, 2024). Por outro lado, tal agenda, não apenas simboliza a busca por uma nova inserção internacional do continente marcada pela autonomia e busca por mutualidade nas relações com atores externos, em verdade, também reflete a maior coesão do continente em prol de soluções a seus desafios.

Embora defendendo as iniciativas anteriormente citadas, a administração Zuma foi marcada pelo desafio em manter a África do Sul cada vez mais atuante no continente africano. Um primeiro exemplo desta dificuldade pode ser encontrado em conflito na Costa do Marfim a partir de 2010, cuja guerra civil era polarizada por Laurent Gbagbo e Alessane Ouattara seu principal expoente. No caso, a contradição foi marcante nas escolhas da administração Zuma, visto que inicialmente Pretoria apoiou Laurent Gbagbo e, posteriormente, se alinhou a UA e passou a defender Alessane Ouattara na presidência deste país (Otavio, 2014). Além deste episódio, outro que se apresentou como desafio a inserção regional diz respeito a violência de caráter xenófoba ou afrofóbica. Embora tal violência já fosse vista em governos anteriores, uma vez que entre 1994 e 2018, tal violência somava mais de 520 incidentes xenofóbicos, contabilizando 309 mortes e milhares de indivíduos expulsos (Mililo; Misago, 2019), durante a administração Zuma, sua existência foi marcada por números

trágicos, como em 2015 na região de KawaZulu Natal, quando mais de 2 mil imigrantes foram expulsos (Otavio, 2021).

No que concerne a inserção regional, o desafio causado pela afrofobia pode ser expresso na fala do Ministro das Relações Exteriores da Nigéria, Olugbenga Ashiru (2011-2013), em 2012, quando acusou de xenofobia a deportação de 125 nigerianos que estavam na África do Sul (Landsberg, 2012b). Além do descontentamento exposto por Olugbenga, outro exemplo que também demonstrou o hiato entre a busca sul-africana em ser mais atuante no continente africano e a dificuldade em lidar com o imigrante africano ocorreu em 2019, quando ocorreram ataques de nigerianos a comerciantes sul-africanos em Abuja como resposta a violência de sul-africanos perpetrada a comerciantes nigerianos residentes em cidades sul-africanas (Al Jazeera, 2019). Vale ressaltar que os ataques em Abuja ocorreram no início do primeiro mandato de Ramaphosa (2018-2024), cuja administração foi marcada pela construção de uma política externa pautada no equilíbrio entre elementos adotados no governo Mandela, destacadamente para o âmbito internacional; com outros pontos que foram relevantes para a administração Mbeki, principalmente, para o cenário regional.

Na teoria, tal equilíbrio pode ser relacionado à mudança no Departamento de Relações Internacionais e Cooperação (DIRCO) que, inicialmente, era ministrada por Lindiwe Sisulu e, posteriormente, esteve sob a égide de Naledi Pandor. No caso Sisulu, vale destacar seu discurso realizado no Parlamento, em 2018, quando expôs a necessidade de resgatar o protagonismo conquistado durante o período Mandela, quando a África do Sul era vista como "uma bússola moral e uma voz da razão em um mundo cada vez mais superado por interesses egoístas e estreitos" (Sisulu, 2018, s.p., tradução própria). Já sob Pandor, em discurso realizado em 2019 na cidade de Cape Town, a tendência em priorizar o continente africano pode ser encontrado na afirmativa de que "nossa política externa, como a própria a África do Sul, é, e sempre foi baseada na defesa de um continente africano próspero, pacífico e democrático (Pandor, 2019, s.p., tradução própria).

Em termos práticos, a busca pelo equilíbrio entre elementos da administração Mandela com aqueles vistos na administração Mbeki foi refletida em diversas iniciativas em que a África do Sul buscou atuar. Para o âmbito regional, por exemplo, o multilateralismo na política externa foi expresso na participação em processos de pacificação na Líbia e no Sudão do Sul (Africa News, 2020). No caso líbio, vale ressaltar que após a morte de Gaddafi, a instabilidade política se apresentou reinante no país, caracterizado pela violação de direitos humanos, corrupção e intensa disparidade social. Diante deste cenário, o apoio sul-africano pode ser encontrado no suporte dado ao *AU High Level Committee on Libya* (South Africa, 2020a). No que diz respeito ao Sudão do Sul, a intermediação realizada por Ramaphosa, foi fundamental para a assinatura do acordo entre os oponentes, o atual presidente, Salva Kiir Mayardit, e o *South Sudan People's Liberation Movement* (SPLM-IO), liderado por Riek Machar (South Africa, 2020b).

Junto à resolução de conflitos, a inserção regional também se relaciona a dimensão econômica e, semelhantemente à administração Zuma, o governo Ramaphosa manteve o interesse em fazer com que a

Área de Livre Comércio resultante do acordo Tripartite (TFTA, na sigla em inglês) entre a *Common Market for East Africa* (COMESA) a *East African Community* (EAC) e a SADC passe a vigorar. Neste caso, Pretoria voltou-se à busca de novas adesões para a ratificação do acordo, uma vez que é preciso 14 ratificações para que a TFTA entre em vigor (Pandor, 2019). Além da TFTA, outra iniciativa africana de caráter multilateral que também se mostrou estratégica para Pretoria diz respeito à Área de Livre Comércio do Continente Africano (AfCFTA, na sigla em inglês), criada em 2018, que entrou em vigor no ano de 2020. Conforme expresso por Pandor (2019, s.p., tradução própria), "a entrada da AfCFTA é uma clara demonstração da vontade política entre líderes africanos em integrar a economia do nosso continente, criando novas oportunidades para o aumento no volume comercial entre os países africanos".

No âmbito bilateral, a administração Ramaphosa buscou intensificar as parcerias com países considerados estratégicos e, assim, dar continuidade a política adotada por Mbeki e seguida por Zuma em fortalecer a inserção regional via aproximação de países considerados protagonistas na África. Semelhantemente ao governo anterior, um exemplo pode ser encontrado na relação com Angola, cuja parceria se destacou pela intenção e interesse de Ramaphosa e João Lourenço (presidente angolano), em cooperarem nas áreas do extrativismo, comércio, infraestrutura, agricultura, turismo, dentre outras consideradas relevantes para ambos (Africa News, 2018). Paralelamente a Angola, outro país que se mostrou relevante diz respeito à Gana, cuja relação com Pretoria passou a partir de 2018 a contar com a Comissão Binacional (BNC), que se reunirá a cada dois anos e será alternada entre Accra e Pretoria (Ramaphosa, 2018).

Evidentemente que a atuação em iniciativas de caráter multilateral e a busca em fortalecer parcerias com determinados países, são ferramentas de inserção regional que refletem tanto a diplomacia econômica quanto a chamada Agenda Africana, mas que também se apresentaram estratégicos para a inserção internacional da África do Sul. Acerca da diplomacia econômica, uma primeira iniciativa voltada ao fortalecimento da economia sul-africana refere-se às Conferências de Investimento Sul-Africanas, que buscam ampliar o investimento de grandes empresas no país que em 2019, por exemplo, havia garantido o compromisso de investimento no país por mais de 70 empresas (Ramaphosa, 2020). Ainda sobre investimentos, vale destacar o acesso a empréstimos junto ao Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), instituição que em 2019 emprestou US$ 790 milhões para projetos sul-africanos, destacadamente aos relacionados a Eskom, empresa da área energética que, além de ficar com mais da metade deste montante, também obteve acesso a mais US$ 180 milhões para implementação de projetos sobre energia renovável (Pandor, 2019).

Paralelamente ao NBD, ressalta-se o anúncio de investimentos por parte de países como Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e da China, cuja previsão era de US$14,7 bilhões em 2018 (Shubin, 2019). Acerca de Pequim, outro exemplo refere-se aos vinte acordos de compra de produtos advindos de empresas sul-africanas por parte de empresas chinesas realizados em 2023, que totalizará US$2,2 bilhões (Baker Mckenzie, 2023). Em certa medida, tais acordos se mostram importantes,

primeiramente, porque podem diminuir o déficit existente na relação África do Sul-China, uma vez que, enquanto a China havia importado US$12,5 bilhões da África do Sul em 2023, neste mesmo ano, Pretoria havia importado, aproximadamente, US$25 bilhões (Reuters, 2024). Em segundo, porque auxiliará na melhoria econômica de um país marcado pelo baixo crescimento econômico e elevada taxa de desemprego, como visto em 2022, quando o crescimento do PIB foi de 1,91% e a taxa de desemprego total chegou a 28,84%, e, em específico da população entre 15 e 24 anos, em 49,83% (Statista, 2024).

Além das relações Sul-Sul, Pretoria também busca maior interação com as potências tradicionais, exemplificando a importância do multilateralismo e da universalidade na política externa. Referente às trocas comerciais, a interação com os EUA ganha relevância por se mostrar superavitária, inclusive, conforme visto em 2022, enquanto Washington havia exportado US$9,3 bilhões; Pretoria havia exportado US$25,5 bilhões, apresentando um superavit de US$16,2 bilhões. Já no âmbito dos investimentos externos direto, o que se viu foi o aumento em quase 12% do investimento externo direto norte-americano direcionado para África do Sul, entre 2021 e 2022, totalizando US$7,4 bilhões (United States Trade Representative, 2024). No que diz respeito às trocas comerciais com a União Europeia, enquanto em 2022 houve o superávit favorável a África do Sul em, aproximadamente, €2,9 bilhões, em 2023, o déficit para Pretoria foi predominante, em torno de €2,7 bilhões (European Commission, 2024).

Embora a diplomacia econômica venha se mostrando relevante para África do Sul, garantindo o fortalecimento de parcerias estratégicas que podem auxiliar na melhoria da economia sul-africana, Pretoria não se apartou de atuar diante de um cenário internacional caracterizado pelos impactos da pandemia da covid-19 e por diversos conflitos que passaram a marcar o século atual. Neste caso, conforme destacado anteriormente, a administração Ramaphosa pautou a inserção a partir da defesa de pontos como democracia, direitos humanos, a resolução de conflitos, dentre outros que simbolizam o resgate do *status* de país com forte dimensão moral, se aproximando da política externa adotada por Mandela. Em linhas gerais, um primeiro exemplo de atuação pautada em tais pontos diz respeito à pandemia da covid-19.

De modo geral, mesmo contando com o auxílio na China em seu combate, visto que a administração Xi (2013-) doou diversos equipamentos de proteção individual (EPIs) para o combate à Covid-19 (Pandor, 2020), o que se viu foi não apenas a África do Sul, mas o continente africano como um todo, ser impactado pelas políticas restritivas das potências tradicionais acerca da exportação de vacinas e outros meios utilizados para combater a Covid-19. Vale lembrar que, durante a administração Trump nos Estados Unidos, foi criado o documento 2020/0018 pela *Federal Emergency Management Agency* (FEMA), órgão pertencente ao *Department of Homeland Security*, que impôs limites à exportação de EPIs. No caso europeu, o caráter restritivo pôde ser visto no Regulamento de Execução 2020/402, de 14 de março de 2020, cujo Artigo 1º limitava a exportação, para fora da UE, de EPIs, como óculos e viseiras de proteção, escudos

faciais, equipamentos de proteção da boca e do nariz, vestuário de proteção e luvas (Otavio; Lessa, 2024).

Diante deste cenário, a administração Ramaphosa passou a, cada vez mais, criticar o unilateralismo adotado por parte das potências tradicionais. Reflexo disso pode ser encontrado no discurso de Ramaphosa na *76th Session of the UN General Assembly* ocorrido em setembro de 2021. Nas palavras do presidente sul-africano, "é uma denúncia à humanidade que mais de 82% das doses de vacinas do mundo tenham sido adquiridas por países ricos, enquanto menos de 1% foi para países de baixa renda" (Ramaphosa, 2021, s/p, tradução própria). Além da crítica na ONU, outro exemplo pode ser encontrado no *New Global Financing Pact Summit*, ocorrido em Paris entre os dias 22 e 23 de junho de 2023, quando Ramaphosa expôs o ressentimento dos países africanos, argumentando que, em suas palavras, "nos sentíamos como mendigos quando precisávamos de vacinas e os países do hemisfério norte haviam comprado todas, as monopolizavam e não queriam repassá-las quando mais precisávamos" (Ramaphosa, 2023, s/p, tradução própria).

Junto ao posicionamento crítico no contexto da covid-19, a administração Ramaphosa também buscou atuar nas Nações Unidas favorável aos processos de pacificação e estabilização de conflitos no cenário internacional. Durante o biênio 2019/2020, quando o país ocupava assento não-permanente do Conselho de Segurança, a atuação em prol da pacificação no continente africano e a defesa da independência do Saara Ocidental - demonstrando sincronia entre seus objetivos na governança global e a Agenda Africana - e o posicionando favorável ao fim de sanções econômicas impostas pelos EUA a Cuba, foram eventos que ganharam destaque. Acerca de Cuba, vale lembrar que o país não apenas havia apoiado o CNA na luta contra o *apartheid* e desde a administração Mandela vinha se mantendo como um importante parceiro, mas também, auxiliou Pretoria no combate à epidemia da Covid-19, enviando mais de 200 médicos para atuarem na África do Sul (Deutsche Welle, 2020; Otavio, 2021).

Para além do ativismo contrário ao isolamento cubano, outros dois eventos que não apenas colocaram a administração Ramaphosa e os EUA em campos opostos, mas também reforçaram o interesse sul-africanos em exercer a autonomia no sistema internacional, dizem respeito à guerra Russia-Ucrânia (2022-) e o conflito Israel-Hamas (2023-). No que diz respeito a guerra russo-ucraniano, ainda que os EUA buscassem apoio para isolar ou criar sanções à Rússia, bem como a existência da guerra venha gerando desafios aos países africanos, como o aumento nos preços dos alimentos e de combustíveis (Kumar Sen, 2022), Pretoria tendeu a adotar a neutralidade no conflito. Reflexo disso pode ser encontrado na votação de resolução que condenava a invasão da Ucrânia pela Rússia ocorrida na Assembleia Geral em março de 2022, quando a administração Ramaphosa optou pela abstenção (White; Holtz, 2022).

Diferentemente da neutralidade encontrada na guerra entre Rússia e Ucrânia, no conflito Israel e Hamas, Pretoria passou a ser ativa na crítica a Tel Aviv e defender a causa palestina. Por um lado, tal ativismo converge com a posição da União Africana, inclusive, vale relembrar que, embora tendo mais de 40 missões diplomáticas no continente, Israel

não obteve sucesso em se manter como membro observador na União Africana, tendo seus representantes retirados da 36ª Reunião Ordinária da UA ocorrida em fevereiro de 2023 (Back, 2022; Africa News, 2023). Por outro lado, o posicionamento da administração Ramaphosa se mantêm em consonância ao encontrado nos governos anteriores, como no governo Mandela, quando em discurso realizado em 1997, indicou que "nós sabemos bem que nossa liberdade estará incompleta sem a liberdade da Palestina" (Mandela, 1997, s/p., tradução própria); bem como de Mbeki, que em 2004, solicitava aos países africanos aderirem à causa Palestina, visto que "nenhum de nós podemos nos sentir completamente livres diante da situação encontrada na Palestina" (Mbeki, 2004, s/p, tradução própria).

De modo geral, além de manter o rebaixamento da Embaixada sul-africana em Israel para o status de escritório de ligação, iniciativa adotada durante o governo Zuma, a administração Ramaphosa, ao defender a causa palestina, entrou no final de 2023 junto a Corte Internacional de Justica das Nações Unidas (CIJ), com o pedido de julgamento de Israel por crime de genocídio (International Court of Justice, 2023). Em defesa de tal alegação ocorrida no dia 11 de janeiro de 2024, a comitiva sul-africana em Haia destacou não apenas a necessidade imediata de Israel suspender sua operação militar em Gaza, mas também de cumprir com suas obrigações acerca da Convenção sobre a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio de 1948, uma vez que Israel era considerado como praticante de crimes contra palestinos, como danos corporais e mentais graves, assassinato, criação de condições voltadas a destruição física total ou parcial, imposição de medidas que prejudicam a perpetuação de palestinos via nascimentos, dentre outros pontos (International Court of Justice, 2024a).

Embora não tenha alcançado o objetivo inicial, visto que a CIJ, no final de janeiro, havia indicado que Israel deveria apenas tomar medidas para evitar crimes que poderiam simbolizar genocídio (International Court of Justice, 2024b), é valido destacar que a atuação sul-africana, direta ou indiretamente, acabou por demonstrar o exito na adoção da universalidade na política externa e a defesa do multilateralismo. De fato, enquanto as potências tradicionais, destacadamente, União Europeia, Reino Unido e Estados Unidos ficaram do lado de Israel; do lado sul-africano, os principais apoiadores foram desde organizações como a Liga Árabe e a Organização dos Países Islâmicos, quanto de países como Brasil, Turquia, Paquistão, Namíbia e Colômbia. Além disso, a defesa do multilateralismo e a valorização da universalidade na política externa indicaram que mesmo o país passando por desafios socioeconômicos, a África do Sul continuará buscando atuar no sistema internacional em defesa dos palestinos, visto que, conforme discurso televisionado em 26 de janeiro de 2024, "nós, como sul-africanos, não seremos espectadores passivos diante de crimes que nos foram infligidos e que estão ocorrendo em outros lugares. Estaremos do lado da liberdade para todos" (Ramaphosa, 2024, s/p., tradução própria).

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do artigo buscou-se a analisar as principais especificidades vistas nas administrações Mandela (1994-1998), Mbeki (1999-2008), Zuma (2009-2018) e Ramaphosa (2018-2024). Conforme apresentado anteriormente, tais especificidades não apenas levaram ao fim o isolamento diplomático resultante do regime *apartheid*, como também garantiram o maior protagonismo da África do Sul no cenário regional e internacional. Durante a administração Mandela, por exemplo, o êxito conquistado no cenário internacional - mensurado pela criação de 124 missões diplomáticas e a participação em 45 organizações ou fóruns internacionais, distanciando a África do Sul do isolamento causado pelo regime racista, e garantindo o status de país com forte componente moral - contrastava com a dificuldade em obter êxito na inserção regional.

Ainda que mantendo o interesse pelo cenário internacional, bem como utilizando da universalidade na política externa e na defesa do multilateralismo, a administração Mbeki pautou-se na inserção regional. Defendendo o Renascimento Africano, a criação de parcerias estratégicas no continente e participando ativamente em iniciativas como a transição da OUA para UA, na criação da NEPAD e da Agenda Africana, o segundo governo pós-*apartheid* garantiu o protagonismo de Pretoria na inserção regional. Já na administração Zuma, junto a continuidade na política externa, a diplomacia econômica e a busca em fortalecer laços com as potências emergentes ganharam destaques. No que diz respeito à primeira, a criação de meios para o fortalecer a economia da África do Sul, foi acompanhada por iniciativas como dos chamados *Business Forums,* o apoio à NEPAD e a PIDA, a continuidade da Agenda Africana e a defesa da Agenda 3063. Referente aos laços com potências emergentes, o convite para integrar, como membro efetivo, do Grupo dos BRIC e o fortalecimento dos laços com a China contrastava com a interação entre Pretoria e potências tradicionais, destacadamente no contexto da intervenção na Líbia realizada pela OTAN.

A crítica às potências tradicionais também passou a fazer parte da administração Ramaphosa que buscou construir e adotar a política externa pautada no equilíbrio entre elementos adotados no governo Mandela, destacadamente para o âmbito internacional; com outros pontos que foram relevantes para a administração Mbeki, principalmente, para o cenário regional. Se no âmbito regional houve a continuidade em fortalecer laços com outras potências africanas, na valorização da NEPAD, do PIDA, da Agenda 2063 e o empenho dado a AfCFTA, dentre outras iniciativas vistas como relevantes para a diplomacia econômica; no cenário internacional, a defesa de pontos como democracia, direitos humanos, a resolução de conflitos, dentre outros que símbolos do governo Mandela caminhou lado a lado a busca em fortalecer laços com as potências emergentes e a crítica às potências tradicionais, conforme analisado nos casos da covid-19 e nas guerras russo-ucraniana e Israel e Hamas.

Na primeira metade de 2024, após eleições gerais ocorridas em maio de 2024, o Congresso Nacional Africano (CNA) perdeu a maioria dos assentos no Parlamento. Em termos numéricos, das 400 cadeiras que

compõem a Assembleia Nacional, enquanto nas eleições de 1999, 2004, 2009, 2014 e 2019, o CNA havia ocupado, respectivamente, 266, 279, 264, 249 e 230 cadeiras; em 2024, o partido havia conquistado apenas 159 assentos (Ipu Parline, 2024). Diante deste cenário, o governo precisou, pela primeira vez desde o término do regime *apartheid*, criar um Governo de Unidade Nacional (GUN), juntando-se a outros partidos, com destaque a Aliança Democrática (AD) e o Partido da Liberdade Inkatha (PLI), ambos que nas eleições haviam conquistado 87 e 17 cadeiras (Electoral Commision of South Africa, 2024). De modo geral, o advento do GUN gerava a expectativa de mudanças na administração sul-africana visto que, embora Ramaphosa tenha se mantido à frente da presidência, era esperado que os Ministérios que compõem o Poder Executivo passassem a ser ocupados por membros dos partidos aliados.

No entanto, mesmo havendo a transferência de 12 dos 32 Ministérios para os aliados e a mudança de chefia no Departamento de Relações Internacionais e Cooperação (DIRCO) (Deutsche Welle, 2024), representado pela saída de Naledi Pandor e a entrada de Ronald Ozzy Lamola, vale ressaltar que a DIRCO ainda ficou sob o comando do CNA. Se por um lado a manutenção do Departamento demonstra o quão relevante são as relações internacionais para as lideranças do CNA, por outro lado, ao menos neste início de novo governo, simboliza a continuidade da política externa até então adotada. Inclusive, conforme afirmado por Lamola em julho de 2024, o governo atual manter-se-á comprometido com uma política externa não-alinhada e pautada nos direitos humanos, na solidariedade e resolução pacífica de conflitos, na priorização da Agenda 2063, na valorização da Diplomacia Econômica, do multilateralismo e da universalidade na política externa.

## REFERÊNCIAS


ADELMANN, M. Quiet diplomacy – The reasons behind Mbeki's Zimbabwe policy. **Afrika Spectrum,** Hamburg: v. 39, n. 2, p. 249-276, 2004.

AFRICA NEWS. **AU chair Ramaphosa to prioritise Libya, South Sudan conflicts.** Pointe-Noire, Congo: 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/Far5YE3>. Acesso em 25 mar. 2020.

AFRICA NEWS. **AU justifies the expulsion of Israeli delegation from its summit.** Lyon: 2023. Disponível em: <https://shre.ink/8SDV> Acesso em 20 abr. 2024.

AFRICA NEWS, **South Africa keen to boost cooperation with Angola.** Pointe-Noire, Congo: 2018. Disponível em: <https://cutt.ly/Jar51IY> Acesso em 24 fev. 2020.

AL JAZEERA. **South Africa shuts embassy in Nigeria after reprisal attacks**. 2019. Disponível em: <https://shre.ink/gEGq> Acesso em 20 set 2024.

ALDEN, C; SOKO. M. South Africa's economic relations with Africa: hegemony and its discontents. **Journal of Modern African Studies,** Cambridge, v. 43, n. 3, p. 367–392, 2005.

ALMEIDA FILHO, J. G. de. **O Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS): Análises e Perspectivas**. Brasília: FUNAG, 2009.

BACK, I. **Israel-Africa Relations: New Challenges and Opportunities**. Institut Montaigne: Paris, 2022. Disponível em: <https://shre.ink/8SDF> Acesso em 07 out. 2023.

BAKER MCKENZIE. **South Africa and China: Trade relations grow stronger**. Chicago: 2023. Disponível em: <https://shre.ink/gEuq> Acesso em 20 set 2024.

BARBER, J. The new South Africa's foreign policy: principles and practice. 2005. **International Affairs,** [S.l.], v. 81, n. 5, p. 1079-1096, 2005.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica. **Estudos Avançados,** São Paulo: v. 23, n. 66, p. 7-23, 2009.

CARDOSO, N. C. C. **Segurança Regional no Chifre da África: Conflitos, Atores, Agendas e Ameaças**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2020.

DEPARTMENT OF INTERNATIONAL RELATIONS AND COOPERATION (DIRCO). **South African Foreign Policy:** Discussion Document. Pretoria, 1996. Disponível em: <https://cutt.ly/Var6pOC>. Acesso em: 22 maio 2012.

DEPARTMENT TRADE. INDUSTRY AND COMPETITION REPUBLIC OF SOUTH AFRICA (DTIC). **Beyond 20/20 WDS –** Reports: Pretoria: 2020. Disponível em: < https://cutt.ly/Xar6z-vq> Acesso em: 05 mar. 2020.

DEUTSCHE WELLE (DW). África do Sul: Oposição com 12 ministérios no novo Governo. Boon: 2024. Disponível: <https://shre.ink/gEu5> Acesso 20 set 2024.

DEUTSCHE WELLE (DW). **Covid-1t: Médicos cubanos chegam à África do Sul.** Boon: 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/Tar6WYG>Acesso em: 09 jun. 2020.

DU TOIT, A. The Anglo-South African Simonstown Agreement. In YOUNG, Kathryn; MITCHELL, Rhett (orgs.). **The Commonwealth Navies: 100 Years of Cooperation**. London: 2009, 2012, p. 111-129.

ELECTORAL COMMISSION OF SOUTH AFRICA. **National Assembly**. 2024. Pretoria: 2024. Disponível em: <https://shre.ink/gEuQ> Acesso em 20 set 2024.

EUROPEAN COMMISSION. **Regulamento de Execução 2020/402 da Comissão – 14 de março de 2020**. Bruxelas: 2020. Parlamento Europeu, 2020.

EUROPEAN COMMISSION; **South Africa**. Bruxelas: 2024. Disponível em: <https://shre.ink/gEuW> Acesso em 20 set 2024.

EUROSTAT. **EU-28, trade in goods exports, imports and balance with African Countries, 2008-2018.** Luxemburgo: 2019, Disponível em: <https://shre.ink/D63p> Acesso em 03 de junho 2024.

EZEOHA, A; UCHE, C. **South** África**, NEPAD and the African Renaissance.** Leiden: African Centre Studies, 2005.

FEDERAL EMERGENCY MANAGEMENT AGENCY. **Docket ID FEMA – 2020 – 0018: Priorization and Allocation of Certain Scarce or Threatened Healph and Medical Resources for Domestic Use.** Department of Homeland Security: Federal Register/Vol. 85, nº 70, p. 20195-20200, 2020.

HAMILL, J; LEE, D. A Middle Power Paradox? South African Diplomacy in the Post-apartheid Era. **International Relations,** London, v.15, n. 4, p. 33-59, 2001.

HUGHES, T. Working for Development in Southern Africa Bridging the Gap between Government and Business. Johannesburg: SAIIA, 2011**.**

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE, **President Donoghue presiding, in the case concerning Application of the Crime of Genocide in the Gaza Strip (South Africa v. Israel)**. Haia: 2024a. Disponível em: <https://shre.ink/g0fI>. Acesso em 05 set 2024.

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE, **Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide in the Gaza Strip (South Africa v. Israel)**. Haia: 2024b. Disponível em: <https://shre.ink/g0fs>. Acesso em 05 set 2024.

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE. **The Republic of South Africa institutes proceedings against the State of Israel and requests the Court to indicate provisional measures**. Haia: 2023. Disponível em: <https://shre.ink/g0px> Acesso em 05 set 2024.

IPU PARLINE. **Election results**. Genebra: 2024. Disponível em: <https://shre.ink/gEuT> Acesso em: 20 set 2024.

KUMAR SEN, A. **Russia's War in Ukraine is taking a toll on Africa.** United States Institute of Peace: Washington D.C. 2022. Disponível em: <https://shre.ink/8SD8> Acesso em 15 jul. 2023.

LAMOLA, R. **Address by the Minister of International Relations and Co-operation, Mr. Ronald Lamola (MP)**. Johannesburg: 2024. Disponível em: <https://shre.ink/gEKw> Acesso em 20 set 2024.

LANDSBERG, C. Policy Afro-Continentalism: Pan-Africanism in Post-Settlement South Africa's Foreign**. Journal of African and Asian Studies,** [S.l], v. 47, n. 4, p. 436-448, 2012a.

LANDSBERG, C. A Política Externa do Governo Jacob Zuma: Associação ou Dissociação? **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais,** Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 75-102, 2012b.

LANDSBERG, C; KONDLO, K. South África and the "African Agenda". **Policy: issues and actors**. Johannesburg, v.20, n. 13, p. 1-14, 2007.

MANDELA, N. **Address by President Nelson Mandela at International Day of Solidarity with Palestinian People**. Pretoria: 1997. Disponível em: <https://shre.ink/g0fQ> Acesso em: 05 set 2024.

MANDELA, N. South Africa`s Future Foreign Policy. **Foreign Affairs,** Tampa, v. 72, n. 5, 1993.

MANDELA, N. **Speech by President Nelson Mandela during a visit to the Finnish Parliament.** Helsinki, 15 Mar. 1999. Disponível em: <https://cutt.ly/8ar6NYj>. Acesso em: 14 maio 2012.

MBEKI, T. S**tatement by His Excellency, Mr Thabo Mbeki, President of South Africa, at United Nations African Meeting in Support of the Inalienable Rights of the Palestinian People**. Cape Town: 2004. Disponível em: <https://shre.ink/g0f6> Acesso em 09 set 24.

MILILO, S; MISAGO, J. P. **Xenophobic Violence in South Africa: 1tt4-2018**. Johannesburg: 2019. Disponível em: <https://bityli.com/f Vldm> Acesso em 20 set 2024.

NATHAN. L. Consistency and inconsistencies in South African foreign policy**. International Affairs**. v. 81, n. 2, p. 361-372, 2005.

NEW PARTNERSHIP FOR AFRICA'S DEVELOPMENT (NEPAD). **The New Partnership for Africa's Development.** Abuja, 2001.

NOWAK, W. China-Africa and India-Africa in the years 2000-2014. In **Procedia Economics and Finance.** Amsterdam: 2016, Elsevier: nº 39, p. 140-146.

OLIVEIRA, G. Z; OTAVIO, A. Africa's Strategies of Development and International Insertion: The Hybridity of Agenda 2063". **Contexto Internacional,** nº 3, v. 2, pp. 331-353, 2021.

OTAVIO, A. A África do Sul pós-*apartheid*: A inserção continental omo prioridade da nova geopolítica mundial. **Dissertação** defendida no Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 173f, 2014.

OTAVIO, A. De George W. Bush a Donald J. Trump: a África na política externa dos Estados Unidos, 2001-2020. **Revista Conjuntura Austral**. Porto Alegre: v.12, nº 56, p, 92-106. 2021. Disponível em: <https://shre.ink/g0pq> Acesso em: 09 set 2024.

OTAVIO, A; LESSA, E. Respostas africanas para os desafios africanos: reflexões sobre Estado, desenvolvimento e pandemia no continente africano. **Astrolabio - nueva época**. Córdoba: nº32, p. 50-77, 2024. Disponível em: <https://shre.ink/gEKN> Acesso em 20 set 2024.

PANDOR, N. **Humanitarian aid donated by the Government of the People's Republic of China Covid-1t:** Speaking notes for Minister GNM Pandor, OR Tambo Internacional: 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/UatqPC0> Acesso em jun. 2020.

PANDOR, N. **Media Statement by the Minister of International Relations and Cooperation, Dr Nadeli Pandor, on the occasion of the Bugget Vote Speech.** Cape Town, 2019. Disponível em: <https://cutt.ly/4atqJfF> Acesso em: 12 jan. 2020.

PEREIRA, A. D. **A Revolução Sul-Africana**: classe ou raça, revolução ou libertação nacional?. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

PROGRAMME FOR INFRASTRUCTURE DEVELOPMENT IN AFRICA (PIDA). **Programme for Infrastructure Development in Africa (PIDA):** Interconnecting, integrating and transforming a continent. Addis Ababa, 2012.

RAMAPHOSA, C. **President Ramaphosa's remarks at Closing Ceremony of the New Global Financing Pact Summit in France**. YouTube, 2023. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=bR36kuEzhz8>. Acesso em 11 ago. 2023.

RAMAPHOSA, C. **Press Conference Remarks by President Cyril Ramaphosa at the end of the Official Talks with President Nana Addo Dankwa Akufo-Addo of the Republic of Ghana, Union Buildings.** Pretoria: 2018. Disponível em: <https://cutt.ly/UatwiU0> Acesso em 20 mar. 2020.

RAMAPHOSA, C. **State of the Nation**. Pretoria: 2020. Disponível em: < https://cutt.ly/YatwnTx > Acesso em 15 abr. 2020.

RAMAPHOSA, C. *State of the Nation*. Pretoria: 2023. Disponível em: <https://www.gov.za/SONA2023> Acesso em 20 set 2024.

RAMAPHOSA, C. **Statement by President Cyril Ramaphosa on the occasion of the 7z$^{th}$ Session of the UN General Assembly**. New York: 2021. Disponível em: < https://shre.ink/gEK6 >. Acesso em 16 ago 2022.

RAMAPHOSA, C. **Televised Address by the President of the Republic of South Africa, H. E. Cyril Ramaphosa, on the ruling of the International Court of Justice**. Pretoria: 2024. Disponível em: <https://shre.ink/g0pt> Acesso em 06 set 24.

REUTERS. **South Africa asks China for better balanced trade**. London: 2024. Disponível em: <https://shre.ink/gEuD> Acesso em 20 set 2024.

SHUBIN, V. África do Sul: um novo amanhecer? **Revista Brasileira de Estudos Africanos.** Porto Alegre: N.8, V. 4, p. 33-50, 2019.

SISULU, L. **Speech by L N Sisulu Minister of International Relations and Cooperation on the occasion of the Budget Vote of the Ministry of International Relations and Cooperation.** Cape Town: 2018. Disponível em: <https://cutt.ly/catwPKt> Acesso em 05 fev. 2020.

SOUTH AFRICA, **President Cyril Ramaphosa welcomes agreement between President Kiir and Dr. Machar.** Pretoria: 2020b. Disponível em: <https://cutt.ly/NatwKm2>. Acesso em 25 jun. 2020.

SOUTH AFRICA, **President Ramaphosa in virtual meeting of the AU contact group on Lybia.** Pretoria: 2020a. Disponível em: <https://cutt.ly/0atwN1o > Acesso em: 20 jun. 2020.

STATISTA, **Business Data Platform.** Hamburg: 2021. Disponível em: <https://www.statista.com/>. Acesso em: 12 abr. 2024.

STATISTA, **Business Data Platform.** Hamburg: 2024. Disponível em: <https://www.statista.com/>. Acesso em: 12 abr. 2024.

UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE. **South Africa**. Washington: 2024. Disponível em: <https://shre.ink/gEup.> Acesso em 20 set 2024.

VAN WYK, J. The Saga Continues...The Zimbabwe Issue in South Africa's Foreign Policy. **Alternatives Turkish Journal of International Relations**, [S.l], v. 1, n. 4, p. 176-231, 2002.

VICKERS, B. AJULU, C. **South Africa's economy diplomacy: trade and investment promotion**. Pretoria: IGD, 2008.

WHITE, A; HOLTZ, L. **Figure of the week: Africa countries' votes on the UN resolution condemning Russia's invasion of Ukraine.** Brookings Institute: Washington D.C. 2022.